



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS
POVOS INDÍGENAS**

FÁBIO BATISTA PEREIRA

**Pós-abolição
Experiências docentes em escolas estaduais de Educação Básica
Cachoeira-Ba e São Félix-Ba**

Produto apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em História da África, da
Diáspora e dos Povos Indígenas, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Antonio Liberac Cardoso Simões Pires
Co-orientador: Leandro Antonio De Almeida

Cachoeira
2016



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS
POVOS INDÍGENAS**

FÁBIO BATISTA PEREIRA

**Pós-abolição
Experiências docentes em escolas estaduais de Educação Básica
Cachoeira-Ba e São Félix-Ba**

Cachoeira
2016

Ficha Catalográfica

PEREIRA, Fábio Batista.

Pós-abolição: Experiências docentes em escolas estaduais de Educação Básica
Cachoeira-Ba e São Félix-Ba/Fábio Batista Pereira. – Cachoeira-Ba
2016

126 f: il

Orientador: Dr. Antônio Lirebac Cardoso Simões Pires

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História Da África, Da
Diáspora E Dos Povos Indígenas. 2016

1. Formação de professor.
2. Ensino de história.
3. Pós-abolição.
4. Educação das relações étnico-raciais.

TERMO DE APROVAÇÃO

Pós-abolição
Experiências docentes em escolas estaduais de Educação Básica
Cachoeira-Ba e São Félix-Ba

FÁBIO BATISTA PEREIRA

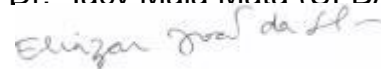
BANCA EXAMINADORA:



Dr.º Antônio Lirebac Cardoso Simões Pires (Orientador) UFRB



Dr.ª Iacy Maia Mata (UFBA)



Dr. Eliazar João da Silva (UFRB)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Deus, a Família e aos amigos. Aos Professores Antonio Liberac (Orientador), Leandro Almeida (Co-orientador), Professora Iacy Maia, Professor Eliazar João da Silva, ao corpo docente e discente do Programa do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela rica convivência.

RESUMO

O presente trabalho foi concebido no âmbito do Mestrado Profissional de História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas com base nas práticas de ensino desenvolvidas e vivenciadas nas escolas das cidades de Cachoeira-Ba (Colégio Estadual Edwaldo Brandão Correia e Centro Noturno de Ensino da Bahia) e São Félix-Ba (Colégio Estadual Rômulo Galvão). As experiências docentes com a temática do Pós-abolição inscritas no contexto mais amplo da educação das relações étnico-raciais são compartilhadas nesse trabalho no sentido de aduzir possibilidades pedagógicas na sala de aula e em projetos interdisciplinares tais como: a abordagem escolar sobre o Treze de Maio e o Vinte de Novembro, o trabalho pedagógico com fontes históricas e o Projeto Interdisciplinar Caminhada da Consciência Negra; a reflexão sobre as memórias em torno da abolição, do pós-abolição e das lutas contemporâneas das populações negras através de excursão às comunidades quilombolas do Vale e Bacia do Iguape (Aula de Campo); a análise do livro didático sob o enfoque na Lei 11.645/08; a produção de textos didáticos como exercício da prática docente. O debate historiográfico sobre a escravidão, a abolição e o pós-abolição; as reflexões em torno dos saberes de "referência" e "escolar", além das concepções em torno da história enquanto disciplina escolar transpassou cada uma dessas experiências no "chão da escola".

Palavras-chave: formação de professor, ensino de história, pós-abolição, educação das relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This work was conceived in the Professional Master of History of Africa, the Diaspora and Indigenous Peoples based on the developed and experienced teaching practices in schools in the cities of Cachoeira-Ba (Colégio Estadual Edwaldo Brandão Correia and Centro Noturno de Educação da Bahia) and St. Felix-Ba (Colégio Estadual Rômulo Galvão). Teaching experiences with the post-abolition of the subject inscribed in the broader context of education of racial ethnic relationships are shared in this work to adduce educational opportunities in the classroom and in interdisciplinary projects such as school approach to Thirteen May and Twenty November, the pedagogical work with historical sources and the Interdisciplinary Project Walk of black Consciousness, reflection on the memories surrounding the abolition of the post-abolition and the contemporary struggles of black people through tour to quilombo Valley communities and Iguape Basin (Field Course); the analysis of the textbook under the focus of Law 11,645 / 08; the production of textbooks and exercise of teaching. The historiographical debate on slavery, abolition and the post-abolition; the reflections on the knowledge of "reference" and "school", in addition to the concepts around the story as school discipline pierced each of these experiences in the "ground school".

Keywords: teacher training, history teaching, post-abolition, education of ethnic-racial relations.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 PRÁTICAS DE ENSINO: DO TREZE DE MAIO AO VINTE DE NOVEMBRO	15
1.1 O trabalho com fontes históricas na sala de aula.....	16
1.2 “13 de Maio: o dia da Redempção”.....	18
1.3 O sabor dos arquivos na escola: o uso de documentos e o ensino de história.....	21
1.4 Gestão de Sala de Aula e Planejamento Pedagógico.....	22
2 VINTE DE NOVEMBRO: A CAMINHADA DA CONSCIÊNCIA NEGRA COMO EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO COLÉGIO ESTADUAL RÔMULO GALVÃO/SÃO FÉLIX-BA	24
2.1 Do 13 de Maio ao 20 de Novembro: o calendário cívico e escolar como espaço de disputas.....	27
2.2 Racismo nosso de cada dia: a caminhada da consciência negra.....	30
2.3 Memorial do projeto interdisciplinar desenvolvido pelo coletivo docente do Colégio Estadual Rômulo Galvão.....	34
3 PRÁTICAS DE ENSINO E DEBATES HISTORIOGRÁFICOS: AULA DE CAMPO TRABALHO COM LIVROS DIDÁTICOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	42
3.1 Aula de Campo: Projeto Rotas da Liberdade.....	43
3.2 Do Cais do Porto à Santiago do Iguape: notas preparatórias para uma excursão às comunidades quilombolas.....	45
3.2 A Luta das comunidades quilombolas de São Francisco do Paraguaçu.....	50
3.3 Contexto de mobilização na Bacia do Iguape.....	54
3.4 Caminhadas ancestrais: os roteiros do Projeto Rotas da Liberdade.....	56
4 DEBATES HISTORIOGRÁFICOS	58
4.1 “Feia de meter medo” e “Surge et ambula”: breves comentários sobre os estudos sobre o “negro” no Brasil.....	61
4.2 O que as pessoas fazem com o que fazem delas.....	65
4.3 Uma escravidão dócil.....	68
5 LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: A ESCRITA DIDÁTICA DA HISTÓRIA E A LEI 11.645/08	76
5.1 Coleção História nos dias de hoje.....	79
5.2 Sobre o PNLD.....	81
5.3 Exercício de análise a partir do Guia PNLD/2014.....	85
5.4 A escolha do livro didático e o “lugar” do professor.....	91
6 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (Educação de Jovens e Adultos)	96
6.1 Livro do estudante.....	98
6.2 Livro do professor.....	115
7 CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	122

Apresentação

A.B.C DOS NEGROS¹

*Agora tocou a sorte
Dizer o que o peito sente,
Falar dos 13 de maio
Que também querem ser gente
(...)
Fugir pra negro é desbanque,
é sestro, é costume, é visso,
anda sempre degradado
só com medo*

Liberdade para que?

Em 1996, circulava uma piada de cunho racista: *o que é um negro em frente ao BANEB, dentro de um fusca?* Resposta: *NADA! Negro não é gente, BANEB não é banco e fusca não é carro...* Ouvi essa infame piada no primeiro semestre na Universidade Estadual de Feira de Santana: enruguei a testa. O autor da piada saiu desconcertado da minha presença...

Quando o Projeto de Emenda Constitucional Nº 72 – “PEC das domésticas” foi finalmente aprovado, em 2013, e passou a regulamentar as relações de trabalho nesse segmento, a presidente do Sindoméstica (Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos) da Grande São Paulo, Eliana Menezes, disse: “a aprovação da PEC representa a ‘segunda abolição da escravatura’ no Brasil.”

As questões em torno do racismo e da luta por cidadania permanecem atualizadas no presente e projeto de futuro, porém, presos a um “passado que insiste em não passar”. O passado escravista com a sua violência, o genocídio do povo negro denunciado pelos movimentos sociais na contemporaneidade. As permanências e rupturas que no plano das pesquisas acadêmicas são debatidos com imenso rigor incendeiam diariamente os discursos sobre a “herança escravista” da sociedade brasileira na complexa relação entre memória e história.

¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Vaqueiros e Cantadores*. São Paulo, Ed. Global, 2005. “Este curiosíssimo abecedário foi colhido no Maranhão por Leonardo Mota e publicado no seu ‘SERTÃO ALEGRE’, pp. 218-221. É posterior a 13 de maio de 1888 e anterior a 15 de novembro de 1889.” p.88-89

Ao abrir com a provocante pergunta – “liberdade para que?” – convidamos o professor-leitor a refletir sobre os processos históricos sob os quais as populações negras têm protagonizado as suas lutas sociais e políticas. Oportunidade para enveredar na produção historiográfica sobre o tema do pós-abolição e compartilhar experiências de práticas de ensino na sala de aula das unidades de ensino Colégio Estadual Edwaldo Brandão Correia, Centro Noturno de Educação da Bahia (Cachoeira-Ba) e Colégio Estadual Rômulo Galvão (São Félix-Ba)

As sendas abertas pelos estudos sobre as condições de vida dos libertos, após o “13 de Maio de 1888”, trazem à baila os ruídos antes silenciados, a presença então invisibilizada da figura do ex-escravo, os projetos de cidadania, para muitos, ainda em curso nos dias atuais, a exemplo das políticas públicas de reparação/afirmação e de denúncia contra a violência policial contra o povo negro.²

Itinerários, representações (visões) da liberdade, etiquetas de mando no contexto da abolição formal da escravidão, mundo do trabalho, cidadania negra, memórias em torno da escravidão.

O traço de aproximação mais forte entre as pesquisas publicadas pelo mercado editorial, pelas editoras universitárias e ou nos repositórios de dissertações e teses de doutorado em diversos programas de pós-graduação pelo Brasil é a centralidade dos sujeitos; as suas ações e a compreensão dos projetos de liberdade e de cidadania sob o ponto de vista dos egressos do cativo.

O que isso significa?

Entre outras implicações significa reconhecer os ex-escravos e os seus descendentes como sujeitos históricos. Mas é também assumir a complexidade em torno dessa aceitação no sentido de responder à pergunta elementar no âmbito dos estudos no pós-abolição, no Brasil: o que fizeram, como agiram e se articularam os ex-escravos e os seus descendentes após a abolição formal da escravidão?

Nesse sentido,

[...] a historiografia brasileira argumentou durante muito tempo que, depois da abolição da escravatura, os negros foram preteridos do mercado de trabalho, marginalizados socialmente, excluídos do mundo da política institucionalizada e impedidos de acesso à educação formal. Sem renda, poder e prestígio, por um

² Ver DOMINGUES, Petronio. A Nova Abolição. São Paulo, Editora Selo Negro, 2008.

lado, e desprovidos de qualificação cultural e técnica para competir com os brancos nos albores da República, por outro, passaram a viver na condição de párias, com famílias desestruturadas, em um estado de desajustamento e anomia social. Essa explicação generalizante, esquemática e reducionista precisa ser problematizada. Não se tem dúvidas de que os negros, no período do pós-abolição, passaram por uma série de dificuldades de ordem social, cultural, política e econômica, mas suas trajetórias não foram lineares, típicas ou padronizadas. A história é regida por contradições, ambivalências, experiências dissonantes, pluridimensionais e multifacetadas, por isso não é exato afirmar que eles eram, universalmente, desempregados (ou subempregados), vadios, analfabetos, xucros, alienados, irresponsáveis e promíscuos. (DOMINGUES, 2013, p.47-48)

Nos Estados Unidos e países de língua inglesa, onde os estudos sobre escravidão e pós-abolição encontram-se em campos autônomos³, pelo menos desde os anos 1960-70 (SCOTT,2005), no Brasil, dado o caráter relativamente recente dos estudos do pós-abolição, a produção historiográfica começou a ganhar volume e consistência, apenas, nos últimos vinte anos:

“Até a década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas. Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus.” (MATTOS; RIOS, 2004, p. 170).

Os primeiros estudos trataram de enfrentar o problema da “transição do trabalho escravo para o trabalho livre.” Combatia-se, sobretudo, uma certa visão linear desse processo à qual os historiadores passaram a desconfiar, principalmente, quanto à maneira de conceber o ex-escravo como inábil para o trabalho assalariado sob a lógica da ordem capitalista e daí a substituição dos “nacionais livres” pelo imigrante.

Autores como George Andrews refutaram/relativizaram algumas das conclusões para a realidade paulista e procuram demonstrar que o ex-escravo não apenas estava apto como reunia igual/superior condição para disputar o trabalho assalariado dentro da

³ Proposta de Petronio Domingues e Flavio Gomes na discussão do **Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição / Anpuh**, organizado em 2013, no XXVIII Encontro Nacional de História-Natal/RN, de dissociar do campo de pesquisa: escravidão, abolicionismo e relações raciais. Na ocasião foi ponderado por Maria Helena Machado a intrínseca relação escravidão/abolição/relações raciais para a compreensão da realidade brasileira do pós-abolição.

ordem capitalista. Grande parte desse debate ocorreu no âmbito da realidade paulista⁴. Em economias nas quais o trabalho do imigrante não teve grande importância, outras formas de relações sociais e econômicas se desenvolveram com maior ou menos autonomia dos ex-escravos para negociar melhores condições de trabalho e, mesmo, reivindicar “direitos” conquistados ainda no cativeiro.

De acordo com Walter Fraga (2006), autor de *Encruzilhadas da Liberdade*, importante estudo sobre o pós-abolição, no Recôncavo da Bahia, o objetivo da sua pesquisa foi:

“[...] vislumbrar lógicas sociais e simbólicas que nortearam escolhas individuais e grupais. Sustenta-se que os recursos materiais e simbólicos das comunidades, formadas durante a escravidão, foram fundamentais para a concepção de estratégias de sobrevivência após o fim do cativeiro, sobretudo quando os ex-escravos buscaram alargar alternativas de vida dentro e fora dos antigos engenhos. [...] as vivências da escravidão se projetaram sobre o período pós-abolição, definindo e orientando escolhas, atitudes, expectativas e projetos de liberdade. Assim, é possível desvendar significados e sentidos da liberdade para os que emergiram do cativeiro.” (p.p.17-18)

O estudo de Walter Fraga Filho dialoga com o debate historiográfico em curso em outras partes das Américas, “rompendo com as dicotomias, ruptura/continuidade ou dependência/autonomia, as recentes abordagens ampliaram as possibilidades de entendimento dos diversos significados e sentidos atribuídos pelos ex-escravos à liberdade.”

Nesse sentido, vale recuperar a pergunta colocada por Rebeca Scott: ***liberdade para que?***

Em muitos casos, liberdade e escravidão não se encontraram em polos essencialmente opostos.

“Em muitos casos, a liberdade não significou o avesso da escravidão. Em outros, a sujeição, subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativeiro, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, na qual relações de trabalho, de hierarquia e de poder abrigaram identidades sociais não idênticas, similares àquelas que determinada que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor-escravo.” (CUNHA; GOMES; 2005, p.11)

⁴ Para pensar a Bahia, ver: SOUZA, Robério Santos. Tudo pelo trabalho livre: trabalhadores e conflitos no pós-abolição. Salvador, EDUFBA, 2011. SOUZA, Ednelia Maria Oliveira. Pós-abolição na Bahia. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus (1888/1930). Tese (doutorado) - UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2012.

Além disso, o próprio processo de abolição formal da escravidão guarda outras temporalidades, como a Província do Ceará cujo processo já encontrava bastante avançado 1884. Embora, contraditório, o 13 de Maio de 1888, deve ser entendido como a formalização de um processo em curso, inclusive, com as ações agudas empreendidas por libertos⁵ e escravizados e não, exclusivamente como ruptura.

Na sala de aula é preciso recuperar a dimensão complexa desse processo. Por exemplo, as leis antiescravistas em curso, no Brasil, desde a segunda metade do século XIX: Leis anti-tráfico (1831, 1850), Lei do Sexagenário (1871), Lei do Ventre Livre (1885) produziram neologismos de liberdade a alimentar os documentos oficiais de fóruns e cartórios: emancipados, tutelados, ingênuos, libertos. Todas essas categorias devem ser pensadas e refletidas no conjunto dos embates de uma ordem escravista pressionada por diferentes projetos de abolição do trabalho escravo no Brasil.

É evidente a mudança de postura paradigmática de caráter macroestrutural para outra perspectiva teórica preocupada com as representações, micropolíticas, práticas culturais e a centralidade do sujeito na história para pensar a vida de grupos e indivíduos egressos da escravidão, no Brasil.

Trata-se de um enfoque teórico-metodológico, no qual os olhares dos historiadores volta-se para a agência dos sujeitos na história, o cruzamento de fontes, o diálogo com a literatura – entendida como fonte e estilo - a abordagem etnográfica e a narrativa (escrita da história) na construção da memória passam a concorrer com o paradigma estrutural pela inteligibilidade dos fenômenos sociais.

De outro ponto de vista é preciso considerar aspectos transcendentais ao fazer historiográfico, mas em diálogo com o mesmo,

“[...] o advento de sensibilidades marginais, sugeridas pelo multiculturalismo e o pós-colonialismo, em diversas instâncias do mundo social. Esse momento conjuntural se estruturou no Brasil a partir da adoção de políticas e ações afirmativas por parte do Estado, especialmente pela política de cotas raciais em algumas universidades públicas. [...] por meio da lei 10.639/03, que possibilita a criação de uma agenda intelectual e militante de maior receptividade à produção e circulação em torno de questões associadas à diversidade étnico-racial. Assim, considerando-se o contexto descrito e a busca por respostas para a compreensão da experiência histórica afro-brasileira localizada depois de 1888, não reduzida à simplificação da marginalização e da exclusão como

⁵ Sobre a significação social da liberdade e a sua relação com a cor dos indivíduos, ver MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio.

*possibilidades de totalidade, a historiografia atual toma a noção de pós-abolição ou pós-emancipação como eixo articulador central e desenvolve-se no sentido de “recuperar” as ações de sujeitos históricos afro-brasileiros como índice de atuação histórica”.*⁶

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como fundamentação legal das práticas escolares para o combate ao racismo e defesa de uma sociedade capaz de lidar com o direito a diferença como elemento estruturante das identidades seja enquanto discurso, seja enquanto experiência social:

“O 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros.”

Assim, os professores e as escolas precisam construir diálogos pedagógicos com a sua comunidade de estudantes oriundos de diferentes segmentos sociais e étnicos com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a história do Brasil e as diversas lutas empreendidas pelos seus diferentes grupos.

⁶ ROZA, Luciano Magela. Tese intitulada **A história afro-brasileira pós-abolição em livros didáticos**. Faculdade de Educação – UFMG/2014